

## CONSTÂNCIA DAS NARRATIVAS

Mayra Rodrigues Gomes<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Neste artigo, empreendemos um trajeto conceitual que parte das representações para correlacioná-las, como continuidade, às construções narrativas. Procuramos mostrar a natureza das representações em conjunto com a das narrativas como traço da dimensão simbólica. Paralelamente, ao colocarmos as propriedades cognitivas das representações e das narrativas, procuramos ressaltar a natureza comunicativa implicada. Com esse propósito, escolhemos, dentre a produção jornalística, matérias de capa sobre acontecimentos recentes e relevantes. Por meio destes, exemplificamos os conceitos enunciados no artigo, e justificamos nossa hipótese de trabalho sobre a extensiva presença das narrativas em nossas produções.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Representação, Narrativas, Notícias.*

**ABSTRACT:** In this article, we will undertake a conceptual path that starts in the concept of “representation” to correlate it, as continuity, to narrative constructions. We will try to show the nature of representations together with the narratives as traces of the symbolic dimension. At the same time, putting the cognitive properties of representations and narratives, we will try to emphasize the communicative nature implied. For this purpose, we will choose, among the journalistic production, cover stories about recent and relevant events. Through these, we will exemplify the concepts set out in the article, and justify our working hypothesis about the extensive presence of narratives in our productions.

**KEYWORDS:** *Representation, Narratives, News.*

---

<sup>1</sup> Doutora e Livre Docente em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora Titular do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). mayragomes@usp.br

## **SOBRE UMA NATUREZA: REPRESENTAÇÕES, LINGUAGENS E NARRATIVAS**

Retornamos a assunto muito explorado no âmbito dos estudos de linguagem em geral. Trata-se das representações. Contudo, essa retomada tem o objetivo específico de construir um trajeto das representações como tendo continuidade e realização complexa nas narrativas, que alimentam nossas vidas, nosso cotidiano imerso nas linguagens e em seus meios de manifestação.

Entendemos por representação algumas significações há muito tempo formalizadas na língua portuguesa. Automaticamente, começamos por considerá-la como um modo de emergência de pessoas e de coisas sob a perspectiva da simbolização, para que sejam transportadas a outra dimensão, especificamente à dimensão da linguagem: nossas conversas, nossos entendimentos, nossas histórias e escritas, enfim, nossas produções languageiras.

Nossa espécie começa a conhecer o mundo, naturalmente, a partir da experiência sensível. Mas esta é, quando retida e examinada, imediatamente enquadrada em pequenos blocos com os quais podemos organizá-la e recuperá-la a qualquer momento. A estes pequenos blocos, ou inscrições de uma apreensão, damos o nome de representação. Às coisas materiais ou imateriais, que captamos ou fabulamos, só acedemos com a condição de representá-las, ou seja, com a condição de transformá-las em outras coisas, em um bloco significativo, ou signo: uma palavra, uma imagem, um desenho, uma ranhura...

Essas assertivas introdutórias conduzem-nos a algumas ponderações a respeito das representações. Em primeiro lugar, elas são diferentes do representado, embora sejam a única instância em que ele pode ser por nós explorado ou instrumentado, tendo passado do nível da percepção para o nível da apreensão. As representações diferem de seu objeto em virtude de inúmeras condições. Basta-nos, neste momento, tomarmos a diferença pela simples diferença de natureza, ou seja, convertidas para efeitos de apreensão, as coisas são deslocadas para outro cenário, para a existência na dimensão simbólica que marca a ruptura radical entre representado e representante.

Ora, ao falarmos sobre a apreensão como condição de trânsito das coisas para a dimensão simbólica, ou seja, para o nível da comunicação, da reflexão, da comparação, do entendimento aprofundado, do conhecimento adensado, estamos,

concomitantemente, falando dos blocos organizacionais. Com eles, enquadramos as coisas de forma que se tornem inteligíveis, o que equivale a considerá-los como ponto de partida de cognição, desde que a associemos ao exercício de raciocínios, de concatenações lógicas, de transposição e correlação de dados.

Naturalmente nos perguntamos sobre a formação das unidades/blocos de representação. Examinando apenas duas de suas funções, podemos vislumbrar uma natureza que remete às origens. Além de trazerem à presença mental o que, de outra forma, estaria de fora da mente, ou até desprovido de existência, esses blocos têm a função de tornar familiar o que se nos apresenta, traduzindo as coisas de modo a torná-las compreensíveis e assimiláveis. Existe aí um processo de domesticação que opera por aquilo que, afinal, é característica de nossa espécie: o potencial para ordenação e classificação com que operamos. Compomos uma matriz a partir da qual cada conversão, ou tradução de uma dimensão a outra, pode ser feita, da matéria à memória. Tal matriz segue uma competência: a de lançar um olhar sobre o mundo que o reparte, discrimina, desdobrando e encaixando suas materialidades: espécie, gênero, família, ordem, classe, filo, reino... Enquadramos numa malha, rede de pontos e nós que seguram as significações, ou as apreensões realizadas, assentando-as num mapa de leitura.

Claro então que os blocos matriciais são equacionados pelos modos de ser e ver o mundo que nos antecedem, pelo conjunto de normas que uma comunidade legitima por meio da adoção. Muito já se disse sobre o fato de que um bebê aprende coisas de uma cultura pelo próprio modo como suas fraldas são dobradas ou pelo modo como é embalado e nutrido. Mas, muito já se disse, também, sobre o fato de que ele encontra, bem cedo, sua definição, seu grupo, sua tribo ou sua representação social, queira ou não, nas cores que já no berço marcam a diferença sexual.

Nesse caso, estamos imersos nos significados que transitam pela cultura de uma comunidade, para os quais cada bloco representacional, ou significante, opera como elemento catalisador. Tentaremos exemplificar esse processo a partir de palavra que represente algo de ordem material, como a palavra “pedra”.

A função organizadora do bloco se revela, em primeiro lugar, por sua propriedade de generalização: qualquer tipo de pedra encontra aí seu lugar. Por outro lado, o quadrículo, unidade ou bloco se presta como base para um desdobramento em tipos, um extensivo e nunca fíndo programa de catalogação de todas as pedras possíveis, as que ora existem e as que porventura venham a existir (melhor dizer, venham a ser

trazidas ao nosso conhecimento). Em contrapartida, o quadrículo só pode ficar devidamente definido se, concomitantemente, tudo que não lhe diz respeito for explicitado, a saber, tudo que não é pedra. A estes “diferentes”, corresponde correlato desdobramento infinito.

Ora, um bloco dessa natureza estará carregando, necessariamente, os elementos que em determinada cultura foram identificados como pedra, incluindo utilidade e função social. É certo que nem todas as culturas valorizaram o diamante como fazemos há alguns séculos, hoje em dia até em escala industrial. É certo também que nem todas e nem sempre pensaram nas pedras como potência de energia, instrumento de cura a males físicos e psíquicos.

A noção dos sentidos de um bloco, que variam em diferentes contextos, remete aos traços, modos de ser e compreender que lhe compõem e que se modelam conforme os hábitos de uma comunidade, ou seja, segundo a cultura que a conforma e anima.

Na realidade, acabamos de atravessar as propriedades do signo, estrutura mínima das representações. Segue-se a complexidade da combinatória entre signos que leva às linguagens e a cada língua existente. Assim, é oportuno anunciarmos que entendemos natureza das linguagens, enquanto potência e competência, como atribuição inata, com regras fixas para a produção e estruturação de frases, as mesmas que determinam a produção e estruturação de uma simples representação<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> “Não é surpreendente que a Linguagem tenha exercido tanto fascínio no correr dos anos. A faculdade humana de linguagem parece ser uma verdadeira “propriedade da espécie”, variando pouco entre as pessoas e sem um correlato significativo em qualquer outra parte. Provavelmente, os correlatos mais próximos se encontram em insetos, a uma distância evolucionária de um bilhão de anos. O sistema de comunicação das abelhas, por exemplo, partilha com a linguagem humana a propriedade de “referência deslocada”, nossa habilidade de falar sobre algo que esteja distante de nós no espaço e no tempo; as abelhas usam uma intrincada “dança” para comunicar a direção, distância e desiderabilidade de uma fonte distinta de mel. Não se conhece nada semelhante em qualquer outra parte da natureza. Mesmo nesse caso, a analogia é muito fraca. A aprendizagem vocal evoluiu nos pássaros, mas em três grupos não-relacionados, e independentemente, presume-se; aqui as analogias com a linguagem humana são ainda mais superficiais.

A linguagem humana parece estar biologicamente isolada em suas propriedades essenciais e ser um desenvolvimento na verdade recente sob uma perspectiva evolucionista. Não há hoje nenhuma razão séria para se desafiar a visão cartesiana de que a habilidade de usar signos linguísticos para expressar pensamentos formados livremente marque “a verdadeira distinção entre o homem e o animal” ou a máquina, quer se entendam por “máquina” os autômatos que ocuparam a imaginação dos séculos XVII e XVIII ou os que hoje estão fornecendo um estímulo ao pensamento e à imaginação.

(...)

A linguagem humana se baseia numa propriedade elementar que também parece ser uma propriedade biologicamente isolada: a propriedade da infinidade discreta, manifestada na sua forma mais pura pelos números naturais 1, 2, 3, ... As crianças não aprendem essa propriedade do sistema numeral. A menos que a mente já possua os princípios básicos, nenhuma quantidade de evidência poderia fornecê-los; e eles estão completamente além dos limites intelectuais de outros organismos” (CHOMSKY, 1998, p. 17-18).

Tal competência e suas características já se encontravam no simples surgimento/geração de um bloco organizacional que, de qualquer modo, segue regras de formação compatíveis com as de estruturação/articulação das linguagens, como a dos processos de diferenciação, da relação entre opostos, da articulação em níveis e da sequencialidade lógica e espaço/temporal.

Ora, é justamente ao observarmos sequencialidades que notamos, imbricada no bloco que a subsume, por exemplo, o das pedras, uma história na qual elas são apresentadas em posição de sujeito e exercem um papel e uma ação no mundo, tanto quanto qualquer indivíduo o faria.

Há um parentesco genético entre sintaxe e tudo o mais que é das linguagens, porque tal parentesco é, na realidade, o elemento que nos permite qualquer operação simbólica. É certo que não temos consciência de tudo o que fazemos com as palavras, dos mundos com elas criados e de nosso entendimento de mundo a partir delas, pois, como patrimônio genético que assinala o advento do humano do ponto de vista do exercício de razão, as linguagens têm a função e valor de instinto.

Ora, duas derivações das propriedades da linguagem, sempre considerando sua combinação com os formatos de uma cultura, têm sido examinadas com afínco em virtude da espontaneidade com que as exercemos. Trata-se de nossa propensão a contar histórias, melhor ainda, converter em narrativa todos os dados, acontecimentos e experiências, e de nossa propensão à cristalização de expectativas, sobretudo respaldados pelo quadro constituído por cada bloco/palavra representacional.

Jerome Bruner, entre outros, assinala nossa tendência a contar um conto, indicando que o convívio com a narrativa e seu exercício começa em tenra idade e que sabemos automaticamente como construí-la. Assim fazendo, ele afirma que, por isso mesmo, precisamos refletir sobre a narrativa, no mínimo para sairmos do nível intuitivo, de tudo que está implícito na arte de contar histórias.

“Somos tão adeptos da narrativa que ela nos parece ser quase tão natural quanto a própria linguagem” (BRUNER, 2014, p.13).

Ora, o trajeto conceitual anterior se presta a mostrar que as narrativas nos acometem juntamente com a competência linguística, que elas são extensão das mesmas articulações de competência, que conservam as mesmas propriedades básicas e, sobretudo, constituem um processo, em escala maximizada, de apreensão do mundo. Elas são, de fato, tão naturais quanto a própria linguagem.

Nesse caso, resta-nos uma última e simples aproximação quanto à nossa propensão às narrativas. Uma sintaxe já nos dá a matriz e essência das narrativas: um sujeito (pessoa, coisa, ideia...) é ator ou receptor de uma ação ou estado que se reparte sobre os objetos e atributos elencados em uma frase, dentro de uma sequência temporal.

Dizemos isto porque consideramos, a partir de Charaudeau e Maingueneau, que:

“Um certo número de critérios incitam a reconhecer um ‘ar familiar’ comum a formas narrativas semiolinguisticamente tão diversas quanto contos, filmes, histórias em quadrinho, romances, histórias engraçadas, narrativas de sonhos, fábulas ou parábolas. Reconhecendo que a narrativa é gradual (ADAM, 1997), digamos que, para que haja narrativa, inicialmente é preciso a representação de uma *sucessão temporal de ações*; em seguida, que uma *transformação* mais ou menos importante de *certas propriedades iniciais* dos actantes seja bem sucedida ou fracassada, enfim, é preciso que uma *elaboração da intriga* estruture e dê sentido a essa sucessão de ações e eventos no tempo. A realização dessa última condição permite não confundir uma narrativa propriamente dita de uma simples descrição ou ralação de ações ou o retrato de uma personagem por seus atos” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 342).

Tais critérios nos ajudam a identificar a receita sintática inerente às narrativas e, também, a reconhecer, na produção midiática, em seus diversos suportes, gêneros e tamanhos, aqueles que comportarão uma narrativa nos moldes acima descritos. Por outro lado, devemos reter como pano de fundo, até mesmo por coerência com nossa condução da narrativa ao registro dos instintos, a inclinação à narrativa com a qual até uma simples lista de supermercado, no mínimo por implicação, conta muitas histórias.

## **NARRATIVAS, REPRESENTAÇÕES, JORNALISMO**

Por princípio, numa narrativa, temos uma articulação básica, cuja terminologia varia conforme os diversos pensadores que a ela se dedicam como objeto de estudo, embora permaneçam em acordo quanto à sua compreensão geral. Trata-se de um roteiro que parte da apresentação de uma situação inicial, segue com a ruptura de tal situação em direção a um desfecho, ou resolução, que deve dar uma resposta à recuperação de condições ou à superação das vicissitudes advindas da ruptura. No desenho desses eixos, temos o cerne da narrativa, ou seja, o desenvolvimento ou trajeto temporal, história ou enredo, desenrolar do percurso com o qual se chega ao desfecho. Além dessa

articulação básica, devemos levar em conta que uma narrativa tem um narrador e um ouvinte, ambos como lugares que determinam sentidos, direcionam perspectivas e contornos do relato e do caso relatado.

Mas, se focarmos a articulação de passagem de equilíbrio a desequilíbrio, com sua subsequente superação, é bem adequada a definição proposta por Bruner:

“A narrativa é uma recontagem de planos humanos que não saíram como previstos, de expectativas que foram frustradas. É um jeito de domesticar o erro e a surpresa do ser humano. Ela convencionaliza as formas mais comuns de incidentes humanos em certos gêneros: a comédia, a tragédia, o romance, a ironia ou qualquer outro formato que possa aliviar o fardo do fortuito” (BRUNER, 2014, p. 40).

Ainda focando a articulação equilíbrio/desequilíbrio, e considerando a definição de Bruner, uma narrativa nasce de expectativas, expectativas de desejável normalidade, de almejada equanimidade, de um desfecho que dê conta de realizá-las.

Balizados por essas expectativas, transitamos por modelos narrativos que comportam os discursos de uma cultura, variando conforme cada uma, e apontam as questões que lhe são mais caras. Tais narrativas, em seus modelos e conteúdos, operam como uma espécie de mapa para agir, interpretar e conversar sobre as coisas. A elas nos prendemos, pois com elas podemos explicar as experiências diárias, dar uma organização e sentido para coisas do acaso.

“O que quero dizer por enquanto é que a narrativa, incluindo a ficcional, dá forma para as coisas no mundo real e, muitas vezes, oferece credenciais de acesso à realidade” (BRUNER, 2014, p. 18). Por credenciais de acesso Bruner entende a capacidade narrativa de mostrar concepções alternativas em relação aos discursos socialmente consolidados, de poder falar, como se fosse irreal, de situações absolutamente reais, e vice versa.

Como mapas, que oferecem acesso a compreensões, facilitando familiarização e cognição, as narrativas convencionalizam expectativas (por isso falamos de modelos ligados a conteúdos) e traduzem nossas experiências pessoais para um panorama, ou roteiro mais amplo, tornando-se, assim, “moeda de troca coletiva”. Sob esse aspecto, podemos afirmar que as expectativas, nas narrativas, assumem perspectivas mais definidas, porque materializadas no cotidiano. E, talvez com muito mais relevância, também podemos afirmar que é nas narrativas que a comunicação encontra seu lugar.

Tomamos as palavras de Muniz Sodré, que cobrem, com perfeição, essa última afirmação:

Mas também se pode ver que a narrativa assimilada à ‘faculdade de intercambiar experiências’ – mesmo caracterizada como uma ‘forma de discurso’ – equivale na concepção de Benjamin à ideia genérica de comunicação. Com efeito, se entendermos ‘comunicar’ como a ação de pôr em comum, por recursos simbólicos de mediação e vinculação, o que existencialmente não deve permanecer isolado (portanto, como uma partilha discursiva das possibilidades de compreensão), então experiências compartilhadas e intrínsecas ao funcionamento dos grupos sociais refletem essencialmente o ato comunicativo.

Assim como a comunicação “é contínua e aberta às interferências ou apropriações humanas, a narrativa, enquanto forma comunicativa originária, mantém-se disponível para as continuações de ordem prática e moral” (SODRÉ, 2009, p. 180-181).

Recuperando o trajeto que aqui percorremos, das representações às linguagens, às narrativas e à comunicação, reiteramos que a cada etapa devemos conceder a emergência de uma propriedade inata, ligada a competências, organicamente constituídas. Nesse registro, poderíamos examinar a própria comunicação em termos de “propriedade elementar que também parece ser uma propriedade biologicamente isolada” (CHOMSKY, 1998, p. 18), trabalho para outro momento e lugar.

No presente, interessa-nos prosseguir com a proposta inicial e continuar com a exploração dos conceitos e situações que estão à nossa espera. Mencionamos que, nas narrativas, há sempre, como pressuposto, a ideia de que, com o desenrolar da ação, um estado de equilíbrio deve ser alcançado, ou recuperado. Enquanto expectativa, essa inclinação mostra muito de nossa própria: a contenção dos fatos, o domínio sobre o acaso, a ordenação do mundo.

Contudo, as narrativas comportam, além dessa, dois tipos de expectativas: uma com relação ao tipo de texto em que ela se desenrola, outra com relação aos atributos das personagens que a compõem. Ambas nos levam a concepções altamente convencionadas porque, ao mesmo tempo, intimamente dependentes dos dados de determinada cultura.

Quanto ao primeiro tipo, temos expectativas em relação a temas, vocabulário, formato, tamanho do texto etc. A título de exemplo, pensemos nos textos das comédias em oposição à produção jornalística informativa. Em relação ao jornalismo, excluindo seu espaço para editoriais, colunas, artigos e crônicas, regulares e assinadas, há uma série de ideais a serem, preferencialmente, realizados. Há expectativas quanto ao próprio jornalismo, à classe de trabalhadores, seu agir e seu produto, que comandam expectativas quanto ao tipo de atitude e composição textual a serem assumidas. Trata-se, entre outros quesitos, da linguagem menos adjetivada, da construção impessoal, da



concisão, do respeito aos fatos e à validação das ocorrências, das referências a serem enunciadas com precisão etc. Na comédia, nada disso se sustenta, a começar pelo vocabulário, na maioria das vezes bem mais coloquial, muitas vezes jogado com trocadilhos, por vezes entremeado de termos marotos, sobretudo em cenas picantes.

Ao mesmo tempo, há, conforme o “gênero” de texto, uma expectativa de temas que alinhavam todos os fatores acima elencados e, também, características dos personagens a serem apresentados. De novo, a título de exemplo, a comédia lida com alguns padrões de conduta, como a do malandro que tanta reviravolta provoca ou o da moça de livres costumes que propicia tantas cenas hilárias. Já no jornalismo, as personagens com que os textos lidam devem, de antemão, ocupar lugar na cena pública, serem indivíduos em posição de liderança, de visibilidade midiática, ou a esta visibilidade terem sido alçados em virtude de circunstâncias especiais (um acidente, um crime etc.), ainda que por um breve tempo. Sobretudo, contrapõe-se o factual ao caráter ficcional das comédias.

Ora, as expectativas em cima desses personagens relacionam-se tanto a seus atributos quanto às ações que lhes são associadas como naturais, precisamente o trabalho feito pelas representações sociais. Retornamos, pois, a assunto que pedia nosso exame desde que anunciamos, ao lado de nossa propensão à narrativa, a existência da nossa propensão à cristalização de expectativas.

Claro que a cristalização de expectativas em torno de tipos de textos e temas torna-se autoevidente após a exposição feita nos últimos parágrafos. Por isso, tentamos agora esclarecer a natureza da que se refere a personagens ou pessoas.

Já exploramos a representação das coisas, mostrando os significados de ordem da cultura que estão embutidos em signos ou blocos significantes. As representações de pessoas, ou representações sociais, assim como a das coisas, tendem à formação de conjunto, agrupando os indivíduos em torno de determinadas características, fundando um modelo que os define.

“Uma palavra e as definições de dicionário dessa palavra contêm um meio de classificar indivíduos e ao mesmo tempo teorias implícitas com respeito à sua constituição, ou com respeito às razões de se comportarem de uma maneira ou de outra – uma como que imagem física de cada pessoa, que corresponde a tais teorias” (MOSCOVICI, 2003, p. 39).

Geralmente, todas as particularidades são descartadas, para que o bloco representativo esteja concentrado e coeso em torno de um núcleo comum. E é uma

competência das representações o forçamento reducionista que impele os indivíduos referenciados a entrarem e se acomodarem aos termos do bloco que os subsume. Os exemplos, anteriormente explorados, da palavra “pedra” e dos recém-nascidos se prestam à presente explicação.

Esse processo se alinha a propriedades/operações de linguagem: correspondem a uma solução de simplificação, equilíbrio de condições cognitivas, enfim, de domínio sobre o que se fala para, na realidade, poder falar sobre um tema.

Avizinha-se à noção de estereótipo, considerado como conjunto de imagens, sentidos, opiniões, centro de cristalização das expectativas. É preciso assinalar, então, que uma narrativa, nossa contínua fabulação ou apresentação do mundo, só é viável mediante o trabalho com tais cristalizações, com expectativas identificáveis, porque já moldadas, ainda que elas dependam de oscilações culturais.

Porém, neste momento de nosso percurso das representações às narrativas, ficamos muito próximos justamente do mais clássico, e talvez inaugural, dos estudos de narrativa em tempos modernos. A leitura da obra de Vladimir Propp, sob a perspectiva das representações, nos leva a constatar, até pela própria definição do autor, que cada uma das trinta e uma funções da estrutura do conto maravilhoso, correspondentes a blocos de ações, liga-se a tipos de personagens como parte de seu perfil, personagens que, afinal, são construídos a partir das próprias ações.

As marchas e contramarchas entre enfrentamento de provas, mediação, aceitação do desafio primordial, ser ludibriado, recuperar-se, engajar-se em batalhas, todas as ações desenvolvidas nesse registro têm uma única aplicação: a constituição do caráter do herói.

No caso dos conhecidos trabalhos de Joseph Campbell e Christopher Vogler, em que o universo mítico é tomado como referência e a estrutura narrativa, diferentemente da do trabalho de Propp, é vista sob o ponto de vista de etapas de um percurso, temos a mesma equação. Também nesses trabalhos as etapas correspondem a blocos significantes, onde atributos estão calcados e representações consolidadas. De todas as etapas, nenhuma é tão apropriada para exemplificar essa coalizão e cristalização de significados quanto a do “Encontro com deusa”, como posta por Vogler.

É de todas as ideias acima elencadas, e de tantas outras sem espaço aqui, que se alimenta o exercício aqui proposto.

## **EXERCÍCIO SOBRE ALGUMAS NARRATIVAS ENXUTAS**

Há razões para nossa proposta de exercício em torno do jornalismo. Entre elas, encontra-se a justificativa no fato de que ele apresenta muitas formas em que as narrativas podem tecer-se, no fato de que sua constante produção o qualifica, afinal, como máquina de geração narrativa. Contudo, pensando que uma narrativa se faz no embalo com os critérios visitados, das representações e seus sentidos consolidados, dos discursos que uma cultura entretém, não podemos esquecer que ela se monta com enunciados proferidos a partir de um fato. Por isso, outra razão merece ser lembrada, razão esta bem presente nas palavras de Sodré:

“A concepção de Gerard Genette (a narrativa como o enunciado de um acontecimento) pode ajustar-se ao caso do jornal, porque comporta a ideia de um evento preexistente e destinado a ser representado pelo texto. A notícia seria propriamente um enunciado ou uma sequência de enunciados narrativos” (SODRÉ, 2009, p. 175-176).

Conforme nossas colocações sobre a natureza da linguagem, sua derivação nas representações e nas narrativas, devemos considerar em toda comunicação algum nível narrativo. Ocorre que, como mencionam Charaudeau e Maingueneau, em trecho anteriormente citado, é preciso seguir alguns critérios para não confundirmos uma narrativa com uma simples descrição ou arrolamento de fatos.

Ora, quando severamente seguidos, tais critérios seriam altamente excludentes para boa parte de nossa produção, no caso do jornalismo, talvez da maior parte, de suas matérias que, constantemente, descrevem situações e ocorrências. Do ponto de vista noticioso, só reportagens escapariam dessa condição, pois transitam por extensa temporalidade que lhes permite, e até estimula, a estruturação de histórias.

Mas, nossa fidelidade à natureza da linguagem nos leva à suposição contrária, ou seja, à suposição de que, como ocorre em todas as esferas, o jornalismo é permeado por narrativas, ainda que pequenas. Na verdade, acreditamos que os critérios enunciados por Charaudeau e Maingueneau constituem justamente os instrumentos que nos autorizam a identificar narrativas em toda e qualquer matéria jornalística.

Assim, para testar e justificar nossa posição, escolhemos o exercício com as breves notícias de capa, sintéticas e descritivas como são, por isso mesmo um lugar a ser explorado, averiguando se elas satisfazem os critérios mínimos de articulação narrativa.

Para tanto, selecionamos matérias sobre fato recente, o ataque ao jornal *Charlie Hebdo*, que alcançou notoriedade, mobilização social (mundo afora) e gerou muitas, aí sim, reportagens com a presença de todos os contornos narrativos, incluindo a estrutura em ações, em personagens e em etapas da narrativa mítica.

Contudo, focamos pequenos escritos. Tomamos para nosso exercício as matérias publicadas, no dia seguinte ao ataque, por duas grandes empresas jornalísticas, no impresso e no *online*, grandes, sobretudo, pelo substancial público que as segue: *Folha de S. Paulo* e *Estadão* (Portal de Notícias do *Estado de S. Paulo*). Conservamos em nosso horizonte as condições até aqui apontadas como centrais às narrativas: a sucessão temporal de ações, a transformação de certas propriedades iniciais, a elaboração da intriga, o jogo de representações e suas cristalizações ao lado de outras notações identificadas às narrativas.

A matéria da *Folha de S. Paulo*, intitulada “Atentado mata 12 em jornal de Paris: Hollande chama ato de terrorista” já em seu título começa, de acordo com a observação de muitos sobre a característica da narrativa jornalística, pela exposição do problema, ou do dolo, da irrupção da desordem a partir da qual se desenrola o enredo de uma história.

A atenção de que o título é objeto se alça justamente pela perturbação de um estado de coisas, perturbação que leva a toda sorte de peripécias. Embora o estado de equilíbrio, pessoal e social, ou as condições anteriores, não seja inicialmente explicado, ele está subentendido pelo impacto, até como notícia, causado pela ruptura com o andamento “normal” das coisas na vida. Ou seja, supomos um estado de equilíbrio que não deve, certamente, ir pelo caminho dos ataques e das mortes. Essa suposição é tão forte que não precisa de introdução ou explicação: simplesmente está implícita.

A seguir, depois de declarar que foi um atentado sem precedentes na história da França e de anunciar a morte de um dos principais nomes do jornal, o cartunista Stéphane Charbonnier, a matéria relata a ação dos atiradores, ou dano (para lembrar e seguir a terminologia das funções de Propp), em seus detalhes. Descreve a entrada dos atiradores na redação do jornal *Charlie Hebdo*, seus nomes e alguns dados pessoais, pois a essa altura já tinham sido identificados.

Só então introduz dados sobre o jornal e relembra, como convém às histórias, que ele já foi vítima de ações depredatórias no passado em virtude de suas charges de líderes religiosos mulçumanos. Faz questão de apontar, aparentemente a propósito de nada, a proximidade da localização do jornal em relação ao monumento a Bastilha.

Ora, se cada palavra é um pacote de significações, atravessada por várias representações sociais com direções de sentido consolidadas, o termo “Bastilha” vem a calhar, pois recupera uma história bem francesa de luta pela liberdade. Assim, está preparado o caminho para as razões de repúdio ao atentado, do ponto de vista nacional, marcado pelas palavras de Hollande, que atribuiu os ataques ao fato de que a França se define como um país da liberdade.

Nessa matéria, ainda não se sabe dos vínculos políticos dos atiradores. Embora tenham sido reconhecidos, não há nada, em termos de imagem física, que os identifique ideologicamente. Mas, “Allahu akbar!” (Deus é o maior), expressão proferida pelos atiradores, também vem com toda a carga representacional que atesta o sentido islâmico dos atos, convoca estereótipos e, conseqüentemente, evoca todos os conflitos com e dentro o mundo árabe dos últimos tempos.

O fato, o acontecimento, nessa altura, está devidamente enquadrado na malha dos blocos significativos, num mapa cognitivo. Não obstante, é na exposição do fato que já se introduz a estrutura da intriga. Claro que o retorno ao ponto de equilíbrio, enquanto restituição de condições anteriores, é impossível, uma vez que o ataque acarretou mortes. Porém, e ainda no registro da intriga, restam as ações de compensação do dolo causado, resta um modo com que a humanidade tem lidado com situações irreversíveis porque limites: vingança e punição.

“O ministro do interior, Bernard Cazeneuve, informou que o governo elevou ao nível máximo o alerta de segurança após o atentado. O anúncio foi feito após uma reunião interministerial de crise comandada por Hollande. Segundo Cazeneuve, os três responsáveis pelo atentado ainda estão foragidos. ‘Todos os meios do Ministério do Interior (responsável pela polícia) e da Justiça estão mobilizados para prender os responsáveis por essas barbáries e puni-los com a severidade necessária’, afirmou o ministro” (RIBEIRO, 2015, p. 1).

Com essas palavras, a compensação e prevenção de nova ruptura são oferecidas pelo ministro. É enquanto promessa, com a credibilidade de que se revestem instituições, órgãos responsáveis e seus representantes, que o caminho de retorno ao equilíbrio é percorrido nessa matéria da *Folha*, para realizar-se no real da vida em casos vindouros, nas irradiações em fatos e contos desenvolvidos a seguir.

O *Estadão* também começa com título que anuncia ruptura: “Ato contra jornal satírico é mais letal na França em 50 anos”. Imediatamente segue com a linha fina: “Investigações da polícia levaram a dois irmãos na região de Paris, de 32 e 34 anos, e a

outro homem, de 18 anos”. Ora, aqui, lado a lado com a ruptura anunciada, estão as ações de compensação, com medidas de punição e contenção.

A matéria apresenta a declaração de testemunhas que disseram ter ouvido a expressão “vingar o Profeta Maomé”, caso em que todas as representações sociais, em seus sentidos mais implícitos, são evocadas, desnudando intenção e filiação. Descreve então o ataque, com informação sobre o horário da ocorrência, acrescentando o fato de que nove jornalistas foram mortos no episódio. Ora, essa informação leva a outras tantas implicações evocadas pela representação social da categoria.

Na sequência, a matéria descreve as investigações, o trajeto dos atiradores, o confronto com policiais e até relaciona os nomes das vítimas. Tanto na matéria anterior, quanto nesta última, são heróis o presidente Hollande (imediatamente beneficiado com índice maior de aceitação no país) e os investigadores que, tão rapidamente, chegaram aos terroristas. A matéria relembra que o jornal era visado por grupos extremistas em virtude de suas sátiras a Maomé. Contudo, faz-se questão de isentá-lo, afirmando que:

“Apesar de satirizar Maomé e o islamismo, Charlie Hebdo não era um jornal islamofóbico e publicava sátiras também sobre judeus e cristãos. No DNA da publicação está a defesa radical da liberdade de expressão e do Estado secular dissociado da religião.”

Além das investigações, ou perseguição dos criminosos que é pura peripécia, a matéria ressalta a tomada de atitude com relação à prevenção:

“Sedes de jornais, emissora de rádio e TV estão sendo protegidas pela polícia, assim como grandes pontos turísticos, centros comerciais, escolas, prédios públicos e redes de transportes. Medidas excepcionais de segurança também foram colocadas em prática, com 500 homens da tropa de choque mobilizados para operações especiais de vigilância e outros 3 mil agentes de segurança deslocados para patrulhamento urbano” (NETTO, 2015, p. 1).

Como na matéria anterior, temos aqui a promessa de recuperação de condições ideais. Há o grande feito, talvez comum a todas as narrativas que não sejam ficcionais, de jamais enunciarem com precisão as nuances de tais condições. Elas estão sempre supostas, pairando sobre nós, pairando numa cultura que, desta vez, leva Hollande a conclamar unidade nacional contra o terrorismo.

No relato do ataque, mas, sobretudo, no da prevenção, em uma e outra matéria, estão presentes personagens e seus modelos representacionais, ligados a etapas da estrutura mítica sob o manto do bem e do mal, do herói guerreiro e de quase um exército

a serviço da restauração da ordem. Em todos eles, fervilham blocos de significações consolidadas, algumas vezes com traços de articulações arquetípicas, como os da musa-ideia de liberdade ou da musa-ideia de nação.

Como se vê, o exercício sobre essas primeiras e enxutas matérias mostra, nitidamente, como elas já se articulam em narrativas, como elas preenchem os requisitos básicos da ação no tempo, ação transformadora que é tensão entre condições subvertidas e condições a serem preenchidas.

Para efeitos do tom de nossa investigação, nas matérias examinadas, primeiras de uma série com nítidas características de conto, constatamos as condições que fundam narrativas, ainda que uma resolução final só se coloque em termos de promessa. Nelas, já se encontra o germe dos temas relevantes, das representações a serem exploradas, das causas a serem seguidas, ou perseguidas, dos ideais a serem defendidos. O equilíbrio a ser recuperado é um fio solto a partir do qual muitos textos se irradiaram em narrativas do terror, da nação, da agressão, do islamismo, da xenofobia, dos princípios e dos direitos..., sem fim.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADAM, Jean-Michel. “Une alternative au ‘tout narratif’: les gradients de narrativité”. In: *Recherches en communication*, 7, Université Catholique de Louvai, 11-35, 1997.

BRUNER, Jerome. *Fabricando histórias. Direito, literatura, vida*. São Paulo, Letra e Voz, 2014.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo, Pensamento, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo, Contexto, 2004.

CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente*. Brasília, UNB, 1998.

CHOMSKY, Noam. *Modular approaches to the study of the mind*. E.U., San Diego State University Press, 1984.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais. Investigações em psicologia social*. Petrópolis, Vozes, 2003.

NETTO, Andrei. Ato contra jornal satírico e mais letal na França em 50 anos. In: *Estadão*, São Paulo, 7 de janeiro de 2015, Caderno 1, página 1.

Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,ato-contra-jornal-satirico-e-mais-letal-na-franca-em-50-anos,1616777>. Acesso em: 14 fev. 2015.

PROPP, Vladimir. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1984.

RIBEIRO, Graciliano Rocha Gustavo. Atentado mata 12 em jornal de Parias: Hollande chama ato de terrorista. In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 de janeiro de 2015, caderno 1, página 1.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1571579-tiroteio-em-frente-a-sede-de-jornal-satirico-frances-mata-pelo-menos-um.shtml>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

VOGLER, Christopher. *A jornada do escritor: estruturas míticas para escritores*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.